

processo em análise não foi apreciada a questão relativa ao desconto devido no art. 88 do CTM. Foi colocada em votação tal proposta que foi acolhida por todos os membros votantes, encaminhando o processo para a manifestação da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano. O procedimento retorna para julgamento na sessão de 30/11, saindo todos intimados.

PROCESSO: 16.730, de 03/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: Permatex Ltda

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: O Sr. Sergio Luiz Dellai apresenta procuração para juntada no processo, o que foi deferido e juntada no mesmo ato. Logo após manifestou que no processo em análise não foi apreciada a questão relativa ao desconto devido no art. 88 do CTM. Foi colocada em votação tal proposta que foi acolhida por todos os membros votantes, encaminhando o processo para a manifestação da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano. O procedimento retorna para julgamento na sessão de 30/11, saindo todos intimados.

PROCESSO: 16.760, de 03/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: Luiz Simioni Junior

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: O Sr. Sergio Luiz Dellai apresenta procuração para juntada no processo, o que foi deferido e juntada no mesmo ato, foi realizada pelo mesmo sustentação oral, logo após o relator José proferiu seu voto julgando improcedente a pretensão recursal. Aberta a votação, votaram com o relator os membros Janaina, Andréa. Votaram contrariamente os membros Milena, Jackson e Denis, considerando o empate o Presidente votou acompanhando o voto do relator, desempatando o julgamento e mantendo a improcedência da pretensão.

PROCESSO: 16.762, de 03/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: Massas Alimentícias Da Roz Ltda

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: O Sr. Sergio Luiz Dellai apresenta procuração para juntada no processo, o que foi deferido e juntada no mesmo ato. Logo após manifestou que no processo em análise não foi apreciada a questão relativa ao desconto devido no art. 88 do CTM. Foi colocada em votação tal proposta que foi acolhida por todos os membros votantes, encaminhando o processo para a manifestação da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano. O procedimento retorna para julgamento na sessão de 30/11, saindo todos intimados.

PROCESSO: 16.779, de 03/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: Alayr Zanchetta

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: O Sr. Sergio Luiz Dellai apresenta procuração para juntada no processo, o que foi deferido e juntada no mesmo ato, foi realizada pelo mesmo sustentação oral, logo após o relator José proferiu seu voto julgando improcedente a pretensão recursal. Aberta a votação, votaram com o relator os membros Janaina, Andréa. Votaram contrariamente os membros Milena, Jackson e Denis, considerando o empate o Presidente votou acompanhando o voto do relator, desempatando o julgamento e mantendo a improcedência da pretensão.

PROCESSO: 16.851, de 04/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: José Carlos Faccioli

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: Após visto, discutido o processo, o relator José proferiu seu voto julgando improcedente a pretensão recursal. Aberta a votação, votaram com o relator os membros Janaina, Andréa. Votaram contrariamente os membros Milena, Jackson e Denis, considerando o empate o Presidente votou acompanhando o voto do relator, desempatando o julgamento e mantendo a improcedência da pretensão.

PROCESSO: 16.850, de 04/10/2018:

Assunto: Revisão de lançamento de IPTU

Recorrente: Fábrica de Papelão Santa Maria Ltda

Relator(a): José Torales de Gismenes Neto

EMENTA: Revisão de lançamento de IPTU.

ACORDÃO: O processo foi retirado de pauta antes do julgamento para diligências e não retornou a tempo para julgamento. Fica já designado a sessão do dia 30/11.

Nada mais a ser julgado ou discutido, o Sr. Presidente desta Câmara declarou encerrada a sessão.

VALÉRIO BRAIDO NETO  
PRESIDENTE

JOSÉ TORALES DE GISMENES NETO  
JANAINA GREYCE DE ABREU CERBI  
ANDRÉA CRISTINA CONTI  
DENIS FELIPE CREMASCIO  
MILENA APARECIDA FIGARO BERTIN  
JACKSON FRANCO DA SILVA

SERGIO LUIZ DELLAI  
PROCURADOR

## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LEME "COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS"**

ATA DA I AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LEME, POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/SADS, COM A FINALIDADE DE APONTAR DIAGNÓSTICO REFERENTE À ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.

Às quatorze horas do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito na Câmara Municipal de Leme/SP, foi realizada I Audiência Pública sob a mediação da Secretária de pasta da Assistência e Desenvolvimento Social, Senhora JOSIANE CRISTINA FRANCISCO DE PIETRO, com a participação das pessoas indicadas na lista de presença anexa. A secretária deu início aos trabalhos da tarde cumprimentando as autoridades presentes, sendo como pauta os seguintes: 1.PALAVRA DO REPRESENTANTE DA CAMARA DOS VEREADORES; 2.APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMBATE A VIOLENCIA ESCOLAR; 3.PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE DO CMDCA; 4.PALAVRA DO SECRETARIO DE NEGÓCIOS JURIDICOS; 5.PALAVRA DOS SECRETARIOS ENVOLVIDOS; 6.APRESENTAÇÃO DO PRÉ-DIAGNOSTICO; 7.PALAVRA DA PLENÁRIA e 8.ENCERRAMENTO. Após, a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, esclareceu que a Audiência Pública refere-se às ações a serem desenvolvidas pelo município com relação à elaboração do Plano Municipal de Combate à Violência nas Escolas, de acordo com os termos do Inquérito Civil nº 14.0320.0000/2013-8, onde a municipalidade, o CMDCA e o Ministério Público formalizaram Termo de Ajuste de Conduta. Cumprimentando a todos e esclarecida à finalidade da I Audiência Pública, a secretária solicitou aos membros Comissão da TAC de Combate à Violência nas Escolas, presentes na Audiência Pública, se apresentassem ao Público em geral. Em seguida, passou a palavra para o secretário de Negócios Jurídicos do município, Srº Kalleb Grossklaus Barbato, no qual fez uma breve explanação sobre o compromisso firmado junto ao Ministério Público referente ao Termo de Ajustamento de Conduta, salientou a importância da intersectorialidade e participação de todos os envolvidos, assim como as prioridades do atual governo em solucionar e cumprir com o pacto de elaborar o Plano Municipal de Combate à Violência nas Escolas, pelo intermédio do CMDCA, SADS, e Secretaria da Educação, assim desenvolvendo projetos e perspectivas para as crianças e adolescentes do município. Posteriormente, foi passada a palavra à secretária de Educação senhora Andréa M. Begnami Mazzi, na qual ilustrou que este é um momento importante para definir ações para o combate a violência, traçando ações desde a Educação Infantil, em consonância com a Política Municipal de Educação, acrescentando que a secretaria municipal está pronta para

articular com outros setores, já que aponta que as maiores incidências e agravos de violência no âmbito escolar se dão no Ensino Fundamental II. Na sequência, o senhor capitão da Polícia Militar Roney fez uma explanação acerca das ocorrências relacionadas à violência no âmbito escolar, pontuou que a Polícia Militar está preparada a somar ações referentes à segurança escolar. Acresceu que sua equipe de trabalho, tenente e Policiais da Ronda Escolar também participavam como ouvintes na audiência. Passando em seguida, a ilustrar a dificuldade em relação às notificações referentes à violência escolar, que não chegam até a Polícia Militar, e as que chegam dificilmente geram Boletim de Ocorrência, deste modo, corroborando o fato da grande dificuldade de obtenção de dados das organizações policiais. Salientou que as principais gravidades das chamadas da Polícia Militar estão no âmbito: tráfico de entorpecentes, tráfico de entorpecentes dentro da escola, brigas generalizadas, e consumo de bebidas alcoólicas na escola. Também acrescentou que o contato com a Polícia Militar é quando todas as instâncias falharam (familiar, sociedade e escola) e após, a polícia precisa atuar. Salienta que ações preventivas são fundamentais, até da própria Polícia Militar, assim como a importância da participação e responsabilização da família e escola, concluindo que a Polícia Militar é parceira para as ações preventivas. Expõe que programas como PROERD são importantes, contudo, questiona o trabalho que é destinado às crianças pós-ingresso no PROERD, ressaltou que atualmente o município não conta com este projeto da Polícia Militar. Após o senhor Jesus Lorenzo Santana Lopez representante do Conselho Comunitário de Segurança, fez um breve apanhado sobre o trabalho do CONSEG, e também evidenciou a grande problemática das drogas nas escolas, o que se caracteriza em violência escolar. Após a apresentação de tais autoridades presentes, a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, retomou a palavra, salientando a reponsabilidade do CMDCA, SADS e SECRETARIA DE EDUCAÇÃO nas ações e Elaboração do Plano de Trabalho, e deu início a apresentação com material visual (slides), apresentando um diagnóstico local, contendo informações apresentadas pelos órgãos envolvidos, com dados que retratam a situação das crianças e adolescentes e suas famílias e dos serviços de atendimento ao Município, declarando assim, aberta a I AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. Na sequência, a senhora Josiane, evidenciou a dificuldade em levantar números concretos de ocorrências relacionadas e violência nas escolas, justamente por se tratar de uma questão complexa, uma vez que se dá a partir de diversas manifestações. Dando continuidade na explanação, foi feita a leitura dos objetivos gerais e específicos do Plano de Trabalho, assim como apresentado a análise da situação das violências relacionadas ao âmbito escolar, as ações de prevenção. Concluindo que toda a rede municipal e estadual deve se mobilizar para a efetivação do plano, além da importância do CMDCA para formular e deliberar políticas públicas relativas às crianças e adolescentes, em conjunto com as áreas de saúde, meio ambiente, assistência social, educação, entre outras, assim como controlar e monitorar as ações em todos os níveis e organiza as redes de atenção à população infanto-juvenil. Foi identificada também, a importância em fazer um levantamento de informações referentes à questão da violência, para compreensão das violências, além do conflito na relação entre professor e aluno, podendo haver violências diversas dentro do ambiente das escolas (alunos x alunos, alunos x servidores). Nesse sentido, foi levantando a importância da aplicação de questionário para professores com intuito de discutir o tema e capacitar (ações de formação) aos profissionais com relação ao enfrentamento da violência nas escolas. Para que, deste modo, seja realizado Planos de Ação para as secretarias, com metas, objetivos definidos e prazos para execução de medidas referentes ao combate da violência escolar. Logo, foi exposta a importância em dar início ao registro de dados referentes à incidência de violências nas escolas. Apresentado tais análises gerais, foi dirigida a palavra para cada representante de órgão público para apontamentos referentes à apresentação aos programas, projetos e serviços governamentais e não governamentais, assim como levantamentos. Nesse ponto, a senhora Josiane, também como representante e secretária da SADS, destacou que está previsto para o ano de dois mil e dezenove a ampliação de quatro Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertados a crianças de 6 a 12 anos, tais atividades terão apoio da Prefeitura do Município de Leme e SANTANDER, no total de quatrocentos mil reais, com previsão de início em janeiro de dois mil e dezenove. Delineou outra ação a ser desenvolvida: ampliação das oficinas oferecidas pelo Centro de Referência da Juventude, para que se possa aumentar o número de adolescentes e jovens atendidos. Acrescentou que a SADS pretende indicar o Conselho da Juventude, para tanta caminha com projeto de elaboração de lei, que será enviado a Câmara de Vereadores para aprovação. Além disso, coloca que para o ano de dois mil e dezenove contará com Recursos Humanos ampliado, em virtude da realização de concurso público e com o chamamento de técnicos para compor quadro de funcionários nesta secretaria, melhorando o atendimento nos equipamentos da secretaria. Após o senhor Alex Roberto Volpi, representantes da Guarda Municipal de Leme, iniciou sua fala, expondo que o sistema informatizado da GM não aponta esse tipo de ocorrência, específico nas escolas, contudo podem readequar e inserir esse tipo de dado. Foi passada a palavra na sequência a representante da secretaria Municipal da Educação, senhora Viviane Cristina Michelin Fiorenzan, em que expôs os projetos e serviços da secretaria de Educação no teor ao assunto. Logo após a representante da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Flavia Anversa, apontou os serviços ofertados pela SADS (CRAS, CREAS, Centro de Referência do Adolescente, Centro de Referência da Juventude), assim como seus objetivos no campo da política pública de assistência social, direcionado as crianças e adolescentes e suas famílias. Posteriormente, o representante e secretário da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, senhor Mauricio Rodrigues Ramos elucidou sobre os serviços da secretaria, como o Posto de Atendimento ao Trabalhador, com serviços como a emissão da Carteira de Trabalho, e a parcerias com a Guarda Mirim e a Lei do Menor Aprendiz, assim como projeto Pequeno Cidadão em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, através da Polícia Civil do Estado de São Paulo, com o objetivo de viabilizar o acesso de crianças e adolescentes à expedição de documento de identificação civil (RG) na rede de Ensino Municipal. Relatou também parceria com a Escola Técnica (ETEC) do Município com o Programa Estadual de Qualificação – PEQ, que tem por objetivo capacitar, qualificar e ou requalificar o trabalhador, visando maximizar suas chances de empregabilidade, através de cursos ofertados gratuitamente a população. Assim como oferta do Programa Time do Emprego, programa do Estado de São

Paulo, de orientação profissional e reorientação de carreira, com temas relacionados: Conhecer a si mesmo e reconhecer suas habilidades; aprender a preparar o currículo; como se comportar em uma entrevista de trabalho. Além de, Oficinas: ‘Quem Sou Eu’, ‘Como se comportar em entrevistas’ e ‘Elaboração de Currículo’, ofertadas pela secretaria de Emprego e Relações do Trabalho. O secretário finalizou sua fala, salientando a importância da aproximação do município com a rede de Ensino Estadual, uma vez que entende que o público-alvo para as ações neste Plano se encontra na rede estadual e as ações devem ser conjuntas. Em seguida, a representante da Secretaria de Saúde, senhora Brenna Talita Cuel, apresentou as ações da secretaria da saúde, relacionadas ao tema, salienta novamente da importância de se discutir as formas de manifestação da violência escolar; e a classificação da violência quanto a sua natureza (violência física e sexual, violência doméstica e situações de abuso sexual!) e suas consequências, e no que tange a saúde, expõe que os profissionais da saúde atuam após a violência ocorrer. Na ocasião apresentou ao público cartilhas que discutem o tema da violência nas escolas, como Bullying e outros temas, que promovam o desenvolvimento de uma consciência crítica e aprimoramento do tema, inclusive com as equipes de UBS - Unidade Básica de Saúde. Acrescentou que a maior demanda dos serviços do CAPS Ij (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil) vem das escolas e aponta a sua dificuldade em traçar parcerias com as escolas estaduais do município. Posteriormente, a senhora Dalcia de Cassia Máximo explanou que sobre as oficinas que serão executadas no ano de dois mil e dezenove pela secretaria de Cultura do município, bem como as parcerias que serão firmadas com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, com oficinas nas periferias do município. Representando na ocasião, a Secretaria de Esporte e Lazer, senhor Elder Francelino, ainda que, atualmente não faça mais parte desta pasta, coloca que é necessário à ampliação das modalidades esportivas no município, assim como quadras esportivas e praças nos bairros, que possam oferecer espaços de lazer. Por fim, passou-se a palavra para a senhora Vanessa Brioli Gomes, representando a Diretoria de Ensino Regional de Pirassununga, na qual colocou os projetos previstos pelo Estado de São Paulo, ligados a Base Nacional Comum Curricular, pontuou o Programa Escola da Família, em que inclui bons resultados; assim como a atuação de Professores Mediadores, e a mediação escolar como uma nova perspectiva de resolução de conflitos. Fez menção ao conceito da educação, na qual é formado em quatro Pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Estes são itens fundamentais para a transmissão da informação e da comunicação adaptada à sociedade. Expõe que da mesma maneira que o município coloca a dificuldade em articulação com as escolas do estado, os professores também relatam à supervisão a dificuldade de comunicação com órgãos públicos municipais. Nesse sentido, lança o questionamento para todos os envolvidos a pensarem: Qual a dificuldade que encontramos e porquê dessa dificuldade? Como proposta de uma efetiva aproximação entre as partes para a melhora da comunicação e futuras intervenções conjuntas. Explanou também a parceria das escolas estaduais com o Poder Judiciário no município, com o projeto ‘Quem falta faz falta’, que pretende reduzir o número de faltas. Terminando a participação dos órgãos presentes na apresentação das informações referentes ao diagnóstico para elaboração do Plano Municipal de Combate à Violência nas Escolas, foi aberta a participação ao público da I Audiência Pública. Foram levantados a partir da participação dos demais os seguintes pontos: a importância da aproximação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) com as demais instituições, no que tange as devolutivas (relatórios de retorno) de encaminhamentos (Escola – CREAS x CREAS – Escola), portanto, de fato realizar trabalho de articulação de rede, não apenas dos serviços socioassistenciais, mas também do setor municipal de saúde. Também foi ressaltada a responsabilização da família nas temáticas essenciais referente à garantia de direitos e exercício de cidadania. Foi sugerido por um dos participantes que seja realizado trabalho com os alunos relacionado à transição deste do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, pois nesse período vários vínculos escolares são rompidos. Também foi questionada a ausência de representantes do Conselho Tutelar na Audiência Pública e da fundamental representação desse órgão (como responsável de uma série de tarefas relacionadas à proteção e garantia dos direitos) apontando a fragilidade deste Conselho Tutelar, no que tange ao seu envolvimento e conhecimento real das demandas. Foi sugerido que para a Elaboração do Plano seja criado Grêmio Estudantil, com a participação de crianças e adolescentes, desta maneira, representar o interesse dos estudantes, permitindo que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. Foi solicitado que escolas e projetos de bairros em zonas rurais, como o Bairro Taquari e Caju, não sejam esquecidos, que possam também receber apoio, uma vez que é visível a grande demanda de situações de adolescentes e jovens envolvidos com o tráfico e uso de drogas. Posteriormente uma estudante de psicologia pediu a palavra, expondo a importância da Psicologia nas Escolas, ou seja, do psicólogo escolar, relatando sua história de quase abuso, em que na época sentiu a necessidade de uma rede de apoio, percebendo-se desamparada naquela situação vivida. Após a fala da estudante de psicologia o vereador Elías Eliel Ferrara solicitou a palavra, sugerindo a aproximação do terceiro setor, expondo experiência que possuiu em Instituição Religiosa, na qual participa e que disponibiliza psicólogos voluntários, lançou indicação da participação de voluntários nos espaços escolares, com a palavra uma das diretoras presentes, expôs a necessidade da elaboração de uma cartilha contendo todos os serviços e programas municipais e estaduais, de órgãos governamentais e não-governamentais. Por fim, coletadas as informações, membro da Comissão da Elaboração do Plano Municipal de Combate à Violência Escolar, Mauricio Rodrigues Ramos, pontuou a grande responsabilidade para responder ao Plano Municipal e que acredita encerrar os dias de trabalho com elementos necessários para realizar um bom trabalho conjuntamente com a equipe. Em seguida foi apresentado vídeo abrangendo o tema. A secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que mediou os trabalhos do dia, cumprimentou a todos agradecendo a presença e participação, dando por encerrada a audiência pública, concitando-os à continuidade das ações, a fim da apresentação para a II Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado a presente ata, anexando-se a lista de presença desta Audiência Pública que se encerrou às dezessete horas. Eu, \_\_\_\_\_ Flavia Regina Anversa, Secretária da comissão, que digitei e subscrevo que segue assinada por mim, pela presidente Brenna Talita Cuel, vice-presidente Viviane Cristina Michelin Fiorenzan desta comissão e pelo Secretário-Executivo do CMDCA Luciano Driel Giroto.